REVISTA DA ANPEGE. V. 18. N°. 35 — ANO 2022 E-ISSN: 1679-768X 25
DOI 10.5418/RA2022.V18I35.15558

A QUESTÃO AMBIENTAL E AS OCUPAÇÕES IRREGULARES EM LONDRINA: reflexões a partir dos fóruns de participação popular para revisão do Plano Diretor (2018-2028)

THE ENVIRONMENTAL ISSUE AND IRREGULAR OCCUPATIONS IN LONDRINA: reflections from popular participation forums to review the Master Plan (2018-2028)

LA QUESTION ENVIRONNEMENTALE ET LES OCCUPATIONS IRREGULIERES A LONDRINA: réflexions des forums de participation populaire pour la révision du plan directeur (2018-2028)

Léia Aparecida Veiga

Universidade Estadual de Londrina (UEL)
lveiga.geo@gmail.com

Ideni Terezinha Antonello

Universidade Estadual de Londrina (UEL)
antonello.uel@gmail.com

Alan Alves Alievi

Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)
alan.alievi@uenp.edu.br

RESUMO

A questão ambiental constitui-se em uma das dimensões do planejamento urbano, estando diretamente imbricada a temas como saneamento ambiental, habitação, mobilidade e uso do solo. Objetiva-se discutir os aspectos referentes a questão ambiental traçados pela população no decorrer dos fóruns de participação popular no processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Londrina, em 2018, tendo como preocupação central os problemas vivenciados na cidade concreta. De abordagem qualitativa, foram utilizadas fontes primárias e secundárias. Verificou-se que a vozes da população e o trabalho dos técnicos podem ajudar na identificação dos problemas ambientais e na proposição de ações para o enfrentamento da problemática ambiental. Conclui-se que nos fóruns de participação popular da revisão do PDML (2018-2028), a quantidade mínima de moradores presentes indicou questões e soluções referentes as questões ambientais a partir da realidade imediata vivenciada cotidianamente, e não de todo o recorte espacial delimitado pelo IPPUL em cada fórum popular.
Palavras-Chave: Áreas de risco; Questão ambiental; Déficit habitacional; leitura comunitária; PDML.

ABSTRACT

The environmental issue constitutes one of the dimensions of urban planning, since it is directly linked to issues such as environmental sanitation, housing, mobility and land use. The objective is to discuss the aspects related to the environmental issue outlined by the population, during the popular participation forums in the review process of the Londrina Municipal Master Plan, in 2018, having as central concern the problems experienced in the concrete city. With a qualitative approach, primary and secondary sources were used. It was found that the voices of the population and the work of technicians can help in the identification of environmental problems and in proposing actions to face the environmental problem. It is concluded that in the popular participation forums of the PDML review (2018-2028), the minimum number of residents present indicated questions and solutions regarding environmental issues from the immediate reality experienced daily and not from the entire spatial outline defined by IPPUL in every popular forum.
Keywords: Risk areas; Environmental issue; Housing deficit; community reading; PDML.

RÉSUMÉ

La question environnementale c´est une des dimensions d´urbanisme, car elle est directement liée à des enjeux tels que l'assainissement d´environnement, le logement, la mobilité et l'utilisation des sols. Le but de cette étude est de discuter des aspects liés au problème environnemental signalé par la population, lors de forums de participation populaire au processus de révision du Plan Directeur Municipal de Londrina (PDML) , en 2018, ayant pour préoccupation centrale les problèmes rencontrés dans la ville. La recherche est guidée par une approche qualitative basée sur la méthode du matérialisme dialectique, en termes de procédures méthodologiques des sources primaires et secondaires ont été utilisées. Il a été constater que les voix de la population et le travail des techniciens peuvent aider à identifier les problèmes environnementaux et à proposer des actions pour faire face au problème environnemental. Il est conclu que dans les forums de participation populaire à l'élaboration du PDML (2018-2028), le nombre minimum de résidents qui ont participé a contribué avec des questions et des solutions aux problèmes environnementaux basés sur la vie quotidienne et pas dans les régions proposées par l'IPPUL (Institut de Planification et de Recherche Urbaine de Londrina).
Mots clés: Zones à risque; Problème environnemental; Déficit de logement; Lecture communautaire; PDML.

Introdução

A cidade, em particular num contexto capitalista de produção, é parte fundamental no processo de (re)produção da estrutura social sendo o *lócus* da (re)produção da sociedade capitalista, ou seja, a cidade é um produto, bem como uma condição e um meio de reprodução da própria sociedade.

Esse entendimento vai ao encontro das discussões realizadas por Carlos (2001), que concebe o espaço urbano como "[...] condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda a sua multiplicidade" (CARLOS, 2001, p. 11).

A cidade, enquanto uma materialidade do urbano, sendo este último um processo no qual as abordagens e pontos de vistas atingem uma complexidade maior (LENCIONI, 2008), é entendida por Carlos (2001) como representação do "[...] trabalho materializado; ao mesmo tempo em que representa uma determinada forma do processo de produção e reprodução de um sistema específico, portanto, a cidade é também uma forma de apropriação do espaço produzido".

A cidade é fragmentada na medida em que apresenta no seu interior uma diversidade de usos. Usos estes que são articulados por fluxos diversos (de pessoas, de informações, de capitais, de mercadorias, etc.). Além disso, é importante destacar que é reflexo e condicionante social pelo fato dessa diferenciação do uso do solo estar intimamente relacionada aos interesses de diferentes segmentos que compõem a sociedade, sendo, portanto, um resultado das relações capitalistas estabelecidas, um reflexo social e desigual (CORRÊA, 1989).

Produzida e apropriada segundo o interesse de diferentes agentes produtores do espaço urbano, a qualidade de vida na cidade será maior, ou menor, em função da exposição a determinados tipos de problemas ambientais, variando entre as diferentes frações de classe.

Assim, em se tratando de problemas ambientais, os mesmos estão diretamente correlacionados a outros que assolam o cotidiano da sociedade, tais como saneamento ambiental, habitação, mobilidade e uso do solo. E, essa forma de entendimento dos problemas ambientais, demanda uma visão ampla de sustentabilidade urbano-ambiental, vinculada a política pública de desenvolvimento urbano.

O Plano Diretor Municipal/PDM é a concretização dessa política, ao passo que carrega consigo o escopo de pensar as diretrizes do ordenamento do território municipal em uma prospectiva que vise a qualidade de vida da população. Tal ideia é o princípio que centraliza o Estatuto da Cidade, lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001 (BRASIL, 2001), o qual no seu Art. 1º "[...] estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental".

No momento que a Lei geral, que regula as prerrogativas dos planos diretores municipais, define como pressuposto o equilíbrio ambiental, torna-se necessário realizar pesquisas voltadas para avaliação das diretrizes da questão ambiental traçadas nos PDMs, principalmente, trazer para o foco da análise as vozes da sociedade, essas vozes que precisam ser ouvidas e levadas em consideração no planejamento urbano, já que é a sociedade no seu cotidiano que produz e vivencia o espaço tanto urbano quanto o rural, pois o "[...] Plano Diretor seja de fato uma ferramenta útil, deve dialogar com a cidade real, com os problemas e com a efetiva capacidade de gestão do município" (SANTOS; MONTANDON, 2011, p. 48).

Em Londrina no norte do Paraná, desde os anos de 2017-2018, vem ocorrendo o processo de revisão do Plano diretor municipal (em estágio de revisão das leis complementares em 2020), que envolveu técnicos, pesquisadores e sociedade civil para discutirem diversos problemas existentes no cotidiano da cidade real.

É com base nas questões ambientais que emergiu a problemática dessa pesquisa, norteada pela seguinte pergunta: quais foram os pontos de vista traçados em relação a temática ambiental no decorrer dos fóruns de participação popular na revisão do Plano Diretor Municipal de Londrina de 2018, tendo como preocupação central a "cidade real", presente nas vozes da sociedade?

Objetiva-se discutir os aspectos referentes a questão ambiental traçados pela população, no decorrer dos fóruns de participação popular (leitura comunitária) no processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Londrina, em 2018, tendo como preocupação central os problemas vivenciados na cidade concreta.

O texto final encontra-se estruturado em dois eixos centrais. No primeiro realizou-se uma análise das áreas de risco ambiental identificadas no território de londrinense, com o intuito de se ter uma visualização geral desta problemática no cotidiano da população, dando ênfase a questão habitacional, particularmente com foco nas ocupações irregulares, que permeia o aspecto ambiental, tendo em vista que uma grande parte dessas ocupações localiza-se em áreas de preservação ambiental. No segundo eixo apresentou-se os problemas e as propostas da população sobre a questão ambiental lançadas e debatidas, na execução da leitura comunitária no processo de revisão do PDML (2018-2028).

Reflexão sobre as condições ambientais em Londrina: moradias em áreas de riscos

Nas ciências sociais o risco é considerado um objeto social visto que se pauta na concepção de que ele parte de uma sociedade que o percebe como tal. Portanto, para que exista a compreensão de que alguma situação possa ser considerada de risco, deve-se considerar que o risco constitui na percepção do perigo possível em relação à uma sociedade que, segundo Veyret e Richenmond (2007), compreende este risco por meio de representações mentais e com ele convive por meio de práticas específicas.

O risco se traduz em uma ameaça, ou perigo para aquele que está sujeito a ele e o percebe como tal, sendo passível então, por parte do sujeito (pessoa, grupo, sociedade) de uma avaliação acerca de seu potencial de dano à população, para que sejam implementadas ações, ora preventivas, ora mitigadoras, quando aquele risco se apresenta como dano efetivo.

Na literatura acerca dos riscos ambientais, as áreas de risco apresentam-se como porções do espaço em que se constituem o que se denomina como *hazards* (perigo), ou seja, são situações (ou locais) em que há algum tipo de perigo que afete a sociedade. É muito importante afirmar que "[...] um *hazard* não é natural em si, mas trata-se de um evento que ocorre na interface sociedade-natureza» (MARANDOLA JR; HOGAN, 2004, p. 98).

Castro, Peixoto e Rio (2005, p. 27), ao discutirem sobre risco ambiental afirmam que "[...] não se pode pensar em risco sem considerar alguém que corre risco, ou seja, a sociedade". Esta ideia baseia-se no raciocínio de que o risco pode ser vinculado a um acontecimento que pode realizar-se ou não, mas que somente se constitui quando "[...] há a valorização de algum bem, material ou imaterial, pois não há risco sem a noção de que se pode perder alguma coisa".

De qualquer forma, o risco é uma situação futura e possível e que pode causar dano à população e, portan-

to, está relacionado ao planejamento e gestão do território. Haja vista a maneira pela qual as sociedades ocupam e utilizam os territórios, os riscos podem provocar danos com intensidade e frequência diferenciados no espaço, sendo os mesmo complementados pela ideia de vulnerabilidade, posto que em função do uso do solo e infraestrutura de uma determinada área, o dano em função de um *hazard* (enchentes, deslizamento) promove graus diferenciados de vulnerabilidade, conforme a situação social e econômica das populações atingidas.

Nesse sentido, considerando-se a sociedade exposta a estas áreas de risco, a necessidade de se criar ou promover instrumentos que permitam uma avaliação das situações adversas encontradas no espaço analisado, têm uma importância fundamental na elaboração de políticas públicas de desenvolvimento urbano que interfere nas condições de saúde da população local.

Na cidade de Londrina/PR, há inúmeras áreas de riscos, apontadas pelos técnicos do IPPUL (Instituto de Planejamento e Pesquisa Urbana de Londrina) e pela população que participou dos fóruns de participação popular de revisão do PDM de Londrina em 2018 (Figura 1).

Verifica-se na figura 1 que dentre os problemas ambientais existentes até 2018 na cidade de Londrina, os principais levantados durante o processo de revisão do plano diretor municipal com potencial de risco ambiental foram: cemitérios, aterro de resíduos sólidos, atividades industriais com potencial poluidor, emissão de efluentes, danos na infraestrutura por eventos naturais, as ocupações irregulares e o descarte irregular de resíduos sólidos urbanos, principalmente, em áreas de fundos de vale[16]. Salienta-se que embora em trabalhos consultados termos como favelas (CASTRO, 2018) e assentamentos precários (IPPUL, 2018) tenham sido utilizados, nessa pesquisa adotar-se-á o termo ocupações irregulares, conforme a Cohab de Londrina.

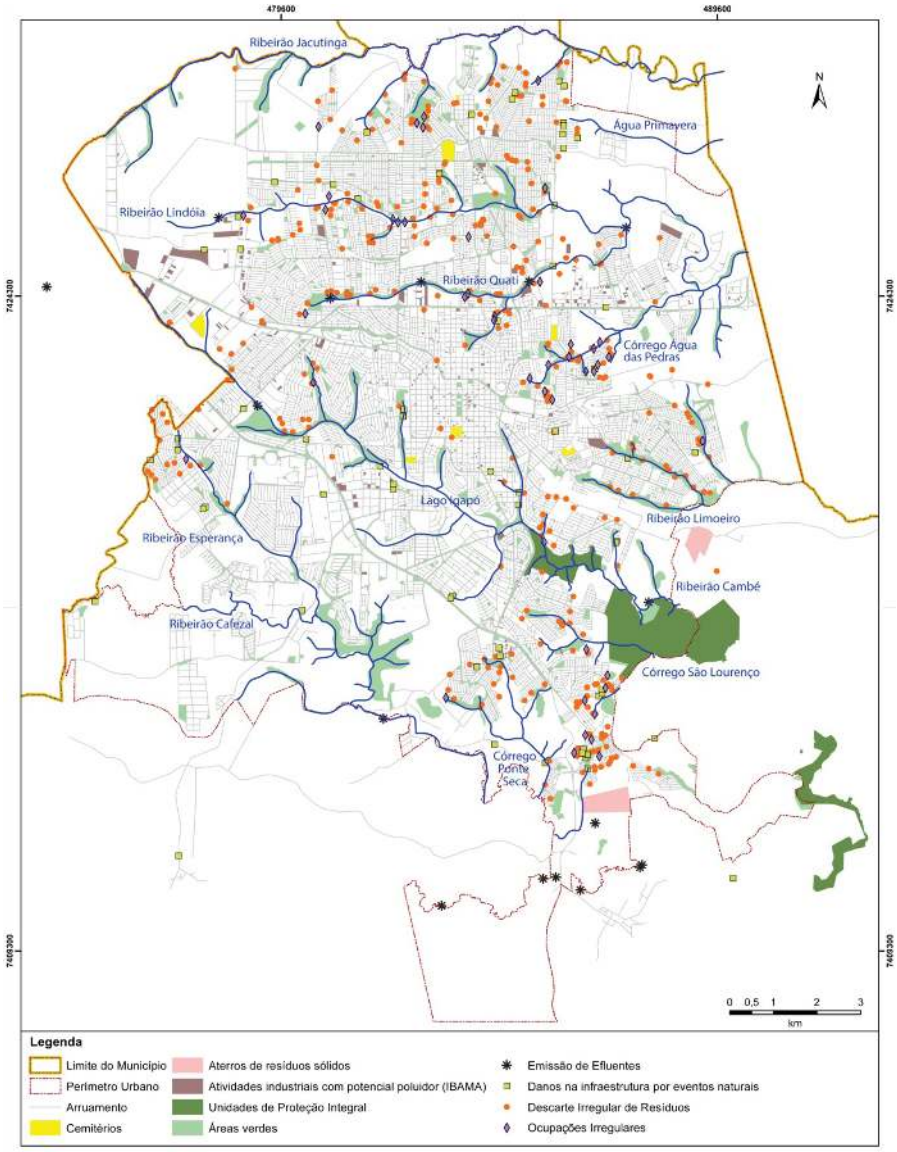

Figura 1. Em destaque as áreas de risco ambiental em Londrina/PR, 2018.
Fonte: Adaptado de LONDRINA - IPPUL, 2018. Org. Os autores, 2019.

Ainda tomando por base a figura 1, é possível visualizar que Londrina tem seu sítio urbano assentado em uma porção com inúmeros córregos, que tem sido *lócus* de grande parte dos problemas referentes a ocupações irregulares e deposição incorreta de resíduos sólidos urbanos.

No caso desta pesquisa, chama-se a atenção para as áreas de risco relacionadas às ocupações irregulares em fundos de vale (Figuras 1), que estão ligadas a questão habitacional e, essa por sua vez, está vinculada diretamente a estrutura fundiária urbana concentrada, que fomenta uma exclusão socioterritorial, no momento que a população sem poder aquisitivo tem que se submeter a viver em condições precárias, ao ter como a única alternativa de morar as ocupações irregulares.

Esse processo de expansão do espaço urbano londrinense é a matriz de um ordenamento do território assentado em um desenvolvimento geograficamente desigual próprio do modo de produção capitalista, que comanda a produção do espaço urbano mediante a concentração da estrutura fundiária e do poder político, econômico nas

mãos de uma elite que assume as diretrizes desta matriz. Assim sendo, Villaça (2011, p. 37) destaca que "[...] nenhum aspecto da sociedade brasileira poderá ser jamais explicado/compreendido se não for considerada a enorme desigualdade econômica e de poder político que ocorre em nossa sociedade".

Por conseguinte, a desigualdade vincula-se intrinsecamente a segregação urbana, fruto das contradições gritantes que afloraram deste processo, ou seja, "[...] o enorme desnível que existe entre o espaço urbano dos mais ricos e o dos mais pobres" (VILLAÇA, 2011, p.37).

A cidade de Londrina apresenta desde seu projeto inicial essa segregação urbana, visto que foi criada como um empreendimento capitalista com diferentes preços de terra urbana. Criada em 1929, em um período de intensa incorporação de terras a produção cafeeira no norte do Paraná e de fundação de cidades por empresas loteadoras de terras.

A terra foi tornada mercadoria, via ação do Estado e de inúmeras empresas privadas que se autodenominavam empresas colonizadoras (LOPES, 1982). Monbeig (1984, p. 237-241), ao discutir sobre a ação das empresas colonizadoras no norte do Paraná destacou que não passava de uma transação comercial, um negócio para inúmeras empresas. E Tomazi (1997, p. 203) destaca que além das empresas imobiliárias, o Estado "[...] também foi um colonizador direto [...] o governo paranaense esteve sempre presente na formulação de uma legislação que beneficiou as empresas/concessionárias e principalmente a CTNP".

Rosaneli (2009) destaca que empresas de diferentes portes e com capital oriundo de diversos países atuaram no processo de comercializar terras no norte paranaense, na expansão da fronteira do café. E a ação dessas empresas imobiliárias não estava restrita somente ao parcelamento rural, ao passo que as mesmas também realizavam o parcelamento de terras urbanas. Chama-se a atenção para o papel do Estado e das empresas imobiliárias, entendidos como agentes produtores do espaço (CAPEL, 1974; CORRÊA, 1989) que ao parcelarem terras foram auferindo a renda da terra.

Assim, nesse contexto de parcelamento de terras e com a função de ser "o mercado de abastecimento e exportação" (MONBEIG, 1945, p. 12), Londrina foi projetada em 1929 para abrigar cerca de 20.000 habitantes no seu sítio urbano. E já apresentava em seu projeto urbanístico certa especialização das áreas e também as primeiras evidências de segregação urbana, revelada por uma distinção de valores, que se concretizou em diferentes usos e padrões (LINARDI, 1995). Müller (1956), ao discutir sobre a planta inicial de Londrina, chamou a atenção para áreas ocupadas pelo comércio atacadista e com fins residenciais.

Assim como ocorreu na gênese da cidade, a expansão da área urbana de Londrina continuou a ser impulsionada pelo o capital imobiliário e fundiário nas décadas seguintes. Paula et al (2013, s/p) destacam que além dos agentes privados, houve a participação da gestão municipal nesse processo comercialização de lotes urbanos, "[...] uma vez que os lucros obtidos com os altos preços dos lotes urbanos e com a especulação imobiliária eram elevados". Entre os anos de 1937 e 1970 foram aprovados 222 loteamentos na cidade (LUIZ, 1991), ampliando assim a área urbana de Londrina.

Chama-se a atenção para a expansão da cidade como uma forma de apropriação fundiária e dos diferentes tipos de renda da terra por parte de grupos ou agentes produtores do espaço urbano, conforme discutido por Capel (1974), Correa (1989), Harvey (2013). A renda da terra urbana "[...] é pagamento feito aos proprietários pelo direito de usar a terra e seus pertences (os recursos nela incorporados, os prédios nela construídos etc.)" (HARVEY,

2013, p.428).

Assim, voltando o olhar para a terra urbana, a produção de moradias e expansão da malha urbana, fica evidente que em um contexto capitalista onde se tem a ação de agentes (Estado e proprietários fundiários, imobiliários, dentre outros) e um mercado de terras, que a cidade é transformada em um grande empreendimento capitalista.

E por ser a segregação elemento importante nesse processo capitalista de produção de moradias com captura da renda da terra por alguns grupos, a mesma foi intensificada nas décadas de 1950 e 1960 em Londrina. A área central além dos casarões da elite, passou a apresentar os primeiros edifícios da cidade, sendo o primeiro o Santo Antônio, construído em 1949. Os edifícios passaram a ser uma das formas de reinvestimentos de lucros e rendas de atividades diversas, dentre as quais, a cafeicultura. Portanto, a área central, teve acentuada sua característica de residência de parcela da elite local que investia seus lucros e rendas na produção de edificações horizontais e verticais de modo a atestar sua ascensão social (LINARDI, 1995; FRESCA, 2007).

E na periferia encontrava-se a maior parte das moradias da classe trabalhadora, tendo inclusive as ocupações irregulares, que foram sendo criadas, em um primeiro momento, próximas a área central na década de 1950 e, posteriormente, conforme foi ocorrendo o processo de mecanização das lavouras, as ocupações foram sendo instaladas em diferentes porções da cidade, preferencialmente em áreas de fundo de vale.

A partir da década de 1970, em meio às transformações na agropecuária no norte paranaense, com substituição da cafeicultura e dos gêneros alimentícios por culturas mecanizadas intimamente ligadas à produção e reprodução do capital industrial (PADIS, 1981; LOPES, 1982; GRAZIANO, 1998), cidade e campo no norte novo passaram por transformações, impulsionando a partir do final de 1960 a fixação de pessoas na área urbana em detrimento da rural.

Salienta-se que a expansão urbana de Londrina continuou nas seguintes a ocorrer (e ainda mantém esse padrão nos dias atuais) via ação de três agentes produtores do espaço urbano, a saber: dos promotores imobiliários com residências de alto padrão horizontal e vertical na porção sul e sudoeste, dos grupos excluídos que foram ocupando áreas irregulares principalmente nas zonas Sul, Leste e Norte em porções de fundo de vale e, via a gestão municipal local, com a criação dos conjuntos habitacionais, na zona Norte e em outras porções na periferia da cidade.

Com foco nas ocupações irregulares nos dias atuais, as mesmas encontram-se localizadas nas margens dos rios que cortam o espaço urbano londrinense, ou seja, em áreas de preservação ambiental (figura 2). De acordo com Castro (2018), até o ano de 2017 havia o total de 10.656 moradores nessas áreas de ocupações irregulares. De acordo com o mapeamento realizado pela autora, a maior parte dos londrinenses que moram nessas ocupações se encontra na Zona Norte da cidade. Ressalta-se que na figura 2 não foram identificadas pela autora áreas com ocupações irregulares em processo de regularização fundiária pela Cohab de Londrina.

A Companhia de Habitação de Londrina/COHAB de Londrina apresentou números semelhantes ao de Castro (2018), de residentes nessas áreas de ocupações irregulares, aproximadamente 10.867 pessoas, agrupadas em 3.160 famílias (LONDRINA - COHAB, 2017). O número maior levantado pela Cohab pode ser explicado pelo fato da mesma ter incluído os moradores do Residencial Flores do Campo[17] como ocupação irregular.

O mapeamento da Cohab de Londrina em 2017, utilizando famílias e a zona da cidade na qual se encontra

a ocupação irregular, indicou que a maior parte das famílias em áreas de ocupação encontra-se na Zona Norte da cidade, com 49,93% (1.578 famílias), seguida pela Zona Sul 30,82% (974 famílias), Zona Leste com 14,77% (467 famílias) e, por fim, tem-se as Zonas Oeste e Centro, respectivamente os percentuais de 3,79% (120 famílias) e 0,66% (21 famílias) nas ocupações (LONDRINA - COHAB, 2017).

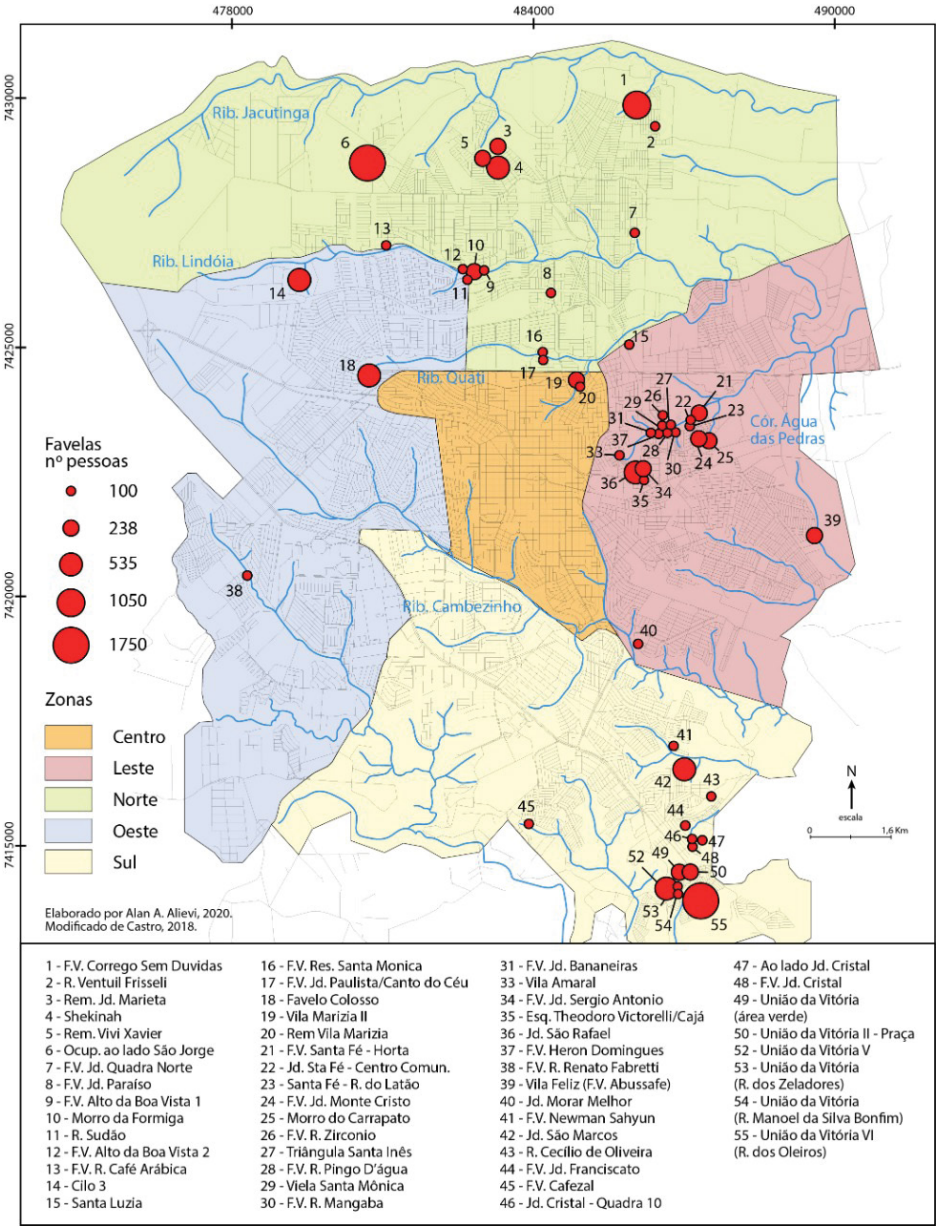

Figura 2. Áreas de ocupações irregulares em Londrina/PR segundo a quantidade de pessoas 2017.

Fonte: Adaptado de Castro, 2018. Org. Os autores, 2019.

Por outro lado, em se tratando das áreas de estudo para regularização fundiária, o maior número de famílias a ser atendidas encontra-se na Zona Leste, sendo 342 famílias que residem em 5 ocupações. Do universo de 56 ocupações com 3160 famílias em 2017, o estudo para efeito de regularização fundiária em curso pela Cohab de Londrina, atenderá aproximadamente 23,21% de famílias em 23,30% do total de ocupações.

Tendo em vista a carência de habitação voltada para a população de baixo poder aquisitivo em Londrina,

ela não se reduz somente a esse contingente das ocupações irregulares. É certo que estas demandam atenção urgente devido à precariedade, mas levando em consideração todas as famílias cadastradas no sistema da Companhia de Habitação de Londrina - COHAB/LD, havia em 2017 aproximadamente 69.062 inscritos.

Desse total, segundo Souza (2018, p. 77), cerca de 57.492 inscritos ainda não receberam atendimento à moradia. Conforme dados levantados pela autora, dentre as faixas de renda dos inscritos, chama a atenção para aqueles situados nas faixas de R$ 0,00 a R$ 1.200, 00 e de R$ 1.200,00 a R$ 1.800,00 mensais, por se tratar de famílias que compõem a demanda por habitação de interesse social. Tomando por base esse critério, a autora assinala que do montante de inscrito na COHAB/LD até 2017, aproximadamente 51.093 famílias aguardavam uma moradia. Essa realidade é o desdobramento no territorio municipal da política habitacional brasileira, uma vez que o estudo realizado por Antonello e Veiga (2022, p. 39) sobre a capacidade desta política de atacar a exclusão socioespacial urbana, concluiu que:

> Os resultados da investigação demonstram que essa dinâmica de exclusão se mantem, uma vez que, em 2017, tinha-se um déficit estimado em 7,77 milhões de unidades, alcançando o maior patamar em 10 anos, o que retrata que PMCMV (Programa Minha Casa Minha Vida, lançado em 2009) não atingiu as metas propostas, já que ocorreu um crescimento constante do déficit desde 2013, atingindo 967.270 unidades habitacionais em condições precárias de habitabilidade e abrange 3.289.948 unidades que sofrem com o ônus de pagar um aluguel para poder viver, sendo o maior percentual dentre esse componente, a coabitação involuntária (3.209.299 unidades), que é fruto da mesma lógica de exploração do trabalhador, isto é, a necessidade de convivência indesejada de mais de uma família no mesmo domicílio, em função da incapacidade de assumir o pagamento de um aluguel de forma individual

Nesse contexto, de acordo com Souza (2018) há uma demanda por habitação de interesse social em Londrina. E, no interior desse grupo, há famílias com maior urgência de atendimento em relação ao acesso a casa própria, por estarem vivendo em áreas irregulares. O número de famílias em áreas impróprias, de acordo com a COHAB/LD (LONDRINA, 2017), voltou a crescer a partir de 2014.

Os levantamentos realizados pela Cohab de Londrina evidenciam que a partir de 2013 passou a ocorrer aumento no número de ocupações, de família em áreas irregulares em Londrina/PR. Houve incremento de 93% no total de ocupações, de 303% de família e 329% de quantidade de pessoas em 2017 em comparativo a 2013. Ressalta-se que no mapeamento da Cohab de Londrina, o número de ocupações em 2017 era de 56 e não 55 áreas conforme apresentado por Castro (2018) na figura 2, por ter acrescentado o Residencial Flores do Campo como ocupação irregular.

A população ao residir em ocupações irregulares, independentemente da localização, já se encontra exposta a uma série de perigos por dispor de condições insuficientes de infraestrutura, saúde e segurança. Além disso, no caso das ocupações em Londrina, a urgência é maior devido a fragilidade ambiental reforçada pelo fato da maior parte estar próximas a córregos urbanos.

Castro (2018) ao discutir sobre moradias em fundos de vale, ou seja, em áreas ambientalmente frágeis em Londrina, pontuou que [...] a ausência de infraestrutura urbana [...] em áreas de fundo de vale aliada a precariedade dos materiais de construção das moradias amplia a condição de vulnerabilidade destes locais, onde os riscos de inundações e movimento de massa são ainda maiores (CASTRO, 2018, p. 108).

Essa realidade foi destacada no texto técnico do Plano Diretor Municipal de Londrina (Revisão 2008-2028), que reforçou a problemática ao destacar que na cidade de Londrina há inúmeras áreas em fundos de vale com ocupações irregulares, com famílias vivendo em "[...] condições inadequadas de infraestrutura e serviços ur-

banos, tais como rede de abastecimento de água, rede coletora de esgoto, rede de drenagem, coleta de lixo, limpeza pública, entre outros [...]" (LONDRINA, 2018, p. 44).

Essa precariedade habitacional se cristaliza em áreas de risco ambiental, uma vez que a população está à mercê de riscos com vulnerabilidade a doenças e violência, em uma constante exposição da vida em todos os sentidos.

A esse respeito, Lima e Mendonça (2001), colocam que a problemática habitacional perpassa e é perpassada pela questão ambiental, pois:

> Antes mesmo de melhoria dos padrões habitacionais existentes, visando otimização do consumo de energia, ou utilização de materiais e processos que causem menos impacto ao ambiente, devem-se verificar as condições de pobreza extrema, em que os cidadãos utilizam-se de subabitações, configurando-se um problema social e de responsabilidade do Estado (LIMA; MENDONÇA, 2001, p. 142).

A parir das ideias dos autores, é possível afirmar que o planejamento e a gestão urbana de Londrina, tendo como foco a gestão local não estão atuando de forma de combater essa problemática. Tal constatação é visível quando se trata das áreas fragilidade socioambiental no território, o que remete a falta de articulação entre as diretrizes ambientais com as demais políticas setoriais.

Utilizando-se das palavras de Costa, Campante e Araujo (2011), pode-se afirmar que os planos diretores acabam por não expressar "[...] uma abordagem integrada para questões ambientais e demais políticas setoriais, as quais continuam sendo tratadas de maneira segmentada e muitas vezes conflitantes, sem mecanismos efetivos de compatibilização" (COSTA; CAMPANTE; ARAUJO, 2011, p. 177).

Acredita-se ser de suma importância realizar o planejamento urbano e, em particular, a revisão do plano diretor, de forma integrada com as demais políticas públicas, tendo em vista que o plano diretor municipal tem essa característica de elaborar as diretrizes do ordenamento do território de forma integrada.

Assim, pautando-se neste pressuposto, no próximo tópico focou-se no debate realizado sobre a problemática ambiental no processo de revisão do Plano Diretor de Londrina (2018-2028), com olhar direcionado para as proposições e sugestões da população em relação as medidas e ações para o enfrentamento da problemática ambiental em busca da preservação ambiental, visando a qualidade de vida atual e futura.

Material e métodos

Essa pesquisa é fruto de um projeto de extensão iniciado em 2017 e finalizado em dezembro de 2021, que buscou acompanhar todo o trabalho de participação e acompanhamento do processo de revisão do Plano Diretor de Londrina (2018-2028), que em 2022 encontra-se na etapa de revisão das leis complementares. A lei geral do PDML foi enviada em dezembro de 2018 para a Câmara Municipal de Vereadores de Londrina e, até o momento (janeiro de 2022) está sendo objeto de emendas propostas por grupos empresariais diretamente ligados ao mercado imobiliário.

Essa pesquisa pode ser caracterizada como de abordagem qualitativa, na qual a atenção dos pesquisadores/as não esteve única e exclusivamente nos dados pelos dados, mas sim nos aspectos da realidade não quantificáveis, com foco na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Tendo por base Minayo (2001), entende-se que a pesquisa qualitativa tem o olhar direcionado para um espaço mais profundo das relações, dos processos

e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Os procedimentos de pesquisa para o levantamento de informações foi pautado em fontes secundárias e primárias, a saber: levantamento bibliográfico para elaboração de um arcabouço teórico-metodológico sobre a temática da pesquisa, posteriormente a sua análise e discussão; e a realização da pesquisa empírica que concretizou o monitoramento e a avaliação do processo participativo de revisão do PDML (2018-2028) que ocorreu mediante a execução de estudo de campo (trabalho de campo), por meio da participação em todas as Etapas participativas colocadas em prática pelo IPPUL (Instituto de pesquisa e planejamento urbano de Londrina).

As etapas foram as seguintes: etapa I com discussão e organização da metodologia de revisão do Plano Diretor (segundo semestre de 2017), tendo como participantes técnicos do IPPUL e inúmeros técnicos de diversas instituições de ensino superior, de órgãos públicos e de associações diversas. Para as demais etapas foi prevista a participação da população londrinense no decorrer dos fóruns de participação popular, organizados da seguinte forma: a) etapa II destinada para avaliar e pontuar os problemas vivenciados no cotidiano, b) etapa III objetivava retomar os problemas pontuados nos fóruns anteriores e, a partir disso, projetar melhorias necessárias, por meio de propostas e, por fim, c) a etapa IV consistia na definição dos aspectos importantes que, posteriormente, somariam na minuta de lei (decorrer do ano de 2018).

O olhar da população para a cidade real e as propostas indicadas para a questão ambiental: leitura comunitária

Em Londrina, nos anos de 2017 e 2018, foi realizado o processo de revisão do plano diretor municipal ano 2018-2028. Os trabalhos foram organizados e conduzidos em quatro etapas por uma equipe multidisciplinar de técnicos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL) de Londrina, tendo por direcionamento a dimensão democrática contemplando objetivos e indicativos do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), como forma de dar continuidade ao caráter participativo iniciado na revisão do PDM de Londrina (2008-2018).

Esse direcionamento já previsto na metodologia pensada, em 2017, para a revisão do plano diretor (etapa I) é entendido no âmbito dessa pesquisa como uma forma de elaborar um PDM com vistas a tornar-se uma ferramenta útil para a gestão municipal, conforme discutido por Antonello (2013) ao defender que o planejamento do território tem que ter como sustentáculo a participação da sociedade para se colocar em prática uma gestão que vise o direito a qualidade de vida para toda a população municipal.

Assim, tentando viabilizar a participação popular, os fóruns em termos espaciais, foram organizados no território municipal a partir de agrupamento de porções da área urbana (norte, sul, leste, oeste e centro) e os distritos rurais, organizado pela equipe do IPPUL.

É importante pontuar alguns aspectos que podem ter comprometido em termos quantitativo a participação popular nos fóruns realizados para cada porção delimitada pelos técnicos do IPPUL. Levando-se em consideração a extensão territorial do município, a quantidade de habitantes e as singularidades existentes no interior de cada uma desses nove recortes espaciais, a participação popular acabou por ser baixa, para não dizer ínfima, tendo na etapa II destinada ao levantamento dos problemas da cidade real, a participação de apenas 427 pessoas e na etapa III cerca de 462 londrinenses (LONDRINA, 2018), de um total de 506.701 habitantes (IBGE, 2010).

A partir da coordenação de técnicos do IPPUL, os moradores que participaram dos fóruns nas etapas II

e III, foram motivados a verbalizarem as potencialidades e os problemas vivenciados no cotidiano sejam na área urbana sejam na rural (etapa II) e, apontarem possíveis formas de enfrentamento dos problemas (etapa III).

Na etapa II as discussões foram conduzidas a partir de material cartográfico e de questões norteadoras do tipo aberta, que perpassavam quatro grandes temas, a saber: atendimento social (Identificar possíveis dificuldades ou deficiências em relação ao acesso e à estrutura dos serviços), transporte e vias de circulação (Identificar problemas de circulação, pontos de conflitos, manutenção e ampliação das vias e transporte coletivo), economia e meio ambiente (Identificar condicionantes à urbanização e aptidão para atividades produtivas; Identificar áreas deficitárias ou prioritárias para preservação ambiental), estrutura urbana (Identificar padrões de uso/ocupação do solo e tendências de expansão urbana) (LONDRINA – IPPUL, 2018).

No decorrer dos fóruns dessa etapa de levantamento dos problemas e potencialidades, a partir de objetivos e questões previamente estabelecidos pelos técnicos do IPPUL, as reflexões sobre a realidade vivida pela população residente no distrito sede ou nos aglomerados dos distritos rurais foram direcionadas, ora com maior intensidade para a zona urbana, ora para o campo, quando se tratava dos fóruns nos distritos rurais.

Os participantes foram agrupados segundo os grandes temas em salas e acompanhados por um grupo de técnicos do IPPUL, munidos de instrumento cartográfico e visual bem como de material para registro. Tendo por base os questionamentos lançados pelos técnicos do IPPUL, os participantes foram discutindo e anotando no material cartográfico os apontamentos que julgaram importantes. Em seguida, foi realizada uma breve exposição aos demais do grupo, momento no qual os técnicos do IPPUL procederam com anotações da síntese em um cartaz maior, para posterior exposição à plenária, junto às demais equipes de trabalhos que estavam trabalhando com os outros temas.

Ao término dessa etapa II e com os levantamentos acerca dos aspectos positivos e negativos vivenciados pela população na cidade de Londrina, os técnicos do IPPUL trabalharam no sentido de agrupar bairros e destacar os problemas indicados pelos participantes em cada zona da cidade.

Em se tratando do distrito sede, para a realização da etapa III, foi organizada uma nova subdivisão tendo por base os bairros com maior número de habitantes, estando os menores englobados no recorte espacial que seria nomeado a partir de dois ou três bairros apenas.

Essa reorganização, diferente daquela utilizada pelo IPPUL na etapa anterior, foi utilizada para nortear o agrupamento da população que participaria da etapa III, realizada de 11/06/2018 a 21/06/2018, em diferentes salas de aulas de cada escola municipal utilizada para receber a população. Isso facilitou no sentido que moradores de um mesmo bairro que se fizeram presentes no fórum puderam sentar-se em um mesmo grupo e retomar a discussão dos problemas e fazer propostas na construção do plano de ação dos PDM.

Por outro lado, o deslocamento das pessoas continuou dificultado, conforme ocorreu na etapa II, tendo em vista que mesmo havendo mais subgrupos, o local para o fórum popular continuou a ser realizado em apenas uma escola municipal por grande zona.

Os problemas mensurados pela população na etapa II foram filtrados e agrupados segundo a intensidade de ocorrência, resultando em: crescimento urbano e imóvel vago; emprego e habitação; mobilidade urbana; preservação ambiental; infraestrutura e serviços públicos; participação popular.

Tomando por base o item preservação ambiental na voz da população, verificou-se no decorrer dos fóruns de participação popular da revisão do PDM de Londrina em 2018, na etapa II realizada nas zonas delimitadas pelo IPPUL no distrito sede, cidade de Londrina, a população apontou uma série de problemas, estando alguns diretamente correlacionados a problemática habitacional, como as áreas de fundos de vale com ocupações irregulares e degradação ambiental nas áreas de fundo de vale, APPs (Área de Preservação Permanente)[18] e áreas verdes. Outros problemas indicados pela população presentes na etapa II foram o descarte de resíduos sólidos da construção civil de pequenos geradores forma irregular em fundos de vale e áreas de bota fora nos bairros; necessidade de gestão da arborização urbana; o grande número de animais abandonados.

Tais problemas mencionados pela população foram o ponto de partida para as propostas na etapa III, a partir dos subgrupos de bairros, conforme novo recorte espacial proposto pelos técnicos do IPPUL. No quadro 1, em relação temática ambiental/preservação ambiental, foram agrupados os problemas referentes a fundos de vale e as propostas para apresentadas pela a comunidade.

Quadro 1. Fóruns de participação popular na revisão do PDM de Londrina/PR em 2018: Foco a questão ambiental

Zona	**Desafios (síntese da cidade real – etapa II)**	**Subgrupos**	**Propostas para superar os desafios (cidade que queremos - etapa III)**
Centro--Leste	Fundos de vale: ocupações irregulares em fundo de vales/ descarte irregular de entulhos/comprometimento da área de preservação (mata ciliar e faixa sanitária);	Shangrilá, Vila Casoni, Centro	Realocar as famílias que residem em fundos de vale na zona leste da cidade; Incentivar à habitação de interesse social; Revitalizar as pistas de caminhadas e áreas verdes próximas a córregos; Preservar nascentes urbanas; Criar políticas de turismo em áreas verdes próximas a fundo de vale; Fiscalizar o descarte irregular de entulhos;
		Aeroporto, Califórnia	Fiscalizar os parcelamentos irregulares principalmente em áreas de preservação ambiental; Preservar áreas ambientais na cidade.
		Lindoia, Fraternidadee Antares.	Mapear ocupações irregulares e ver as possibilidades reais dessa população ser atendida por moradia popular; Plantar árvores frutíferas próximas a fundos de vale.
Sul	Fundos de vale: ocupações irregulares em fundo de vales/ descarte irregular de entulhos/comprometimento da área de preservação (mata ciliar e faixa sanitária);	Palhano, Vivendas	Repensar o zoneamento pra proteger o fundo de vale dos Tucanos; Urbanizar com pistas de caminhadas próximas ao córrego dos Tucanos.
		Inglaterra, Indústrias, Cafezal, Nova Esperança	Alterar o zoneamento no entorno dos fundos de vales, para proteção dos mesmos; Criar áreas de lazer ao longo do Ribeirão Cafezal;

Oeste	Fundos de vale: ocupações irregulares em fundo de vales/ descarte irregular de entulhos/comprometimento da área de preservação (mata ciliar e faixa sanitária);	Leonor, Ouro Verde	Realocar as famílias que residem nos fundos de vale na zona Oeste da cidade (avenida Clarice de Lima Castro, rua São José, Rua Annibal Balarotti entre Santo André e Vista Bela); Recuperar a área de APP do córrego do Tobo (Vista Bela) entre as ruas São José, Santo Antonio e Annibal Balarotti; Criar política de revitalização dos fundos de vale em consonância a preservação ambiental;
		Bandeirante, Presidente	Instalar equipamentos de lazer nos afluentes do Ribeirão Cambé; Criar programa que vise à preservação de áreas de nascentes/mananciais/ APPs;
		Olímpico, Esperança	Implantar calçadas nos fundos de vale (pistas de caminhada e academia ao ar livre), manutenção e iluminação;
Norte	Fundos de vale: ocupações irregulares em fundo de vales/ descarte irregular de entulhos/comprometimento da área de preservação (mata ciliar e faixa sanitária);	Bella Vista, Parigot	*Somente foram indicadas propostas para a questão dos animais abandonados.*
		Vivi Xavier, Alpes	Atribuir uso de lazer nos fundo de vale;
		Cinco Conjuntos	Criar políticas que visem à preservação de mananciais e fundos de vale.

Fonte: LONDRINA – IPPUL, 2018. Org. Autores, 2019.

Pelo fato do sítio urbano de Londrina estar assentado em uma porção repleta de corpos hídricos, tais como nascentes e córregos (figura 2) e, diante da histórica carência habitacional na cidade, os fundos de vale encontram-se no centro das discussões quando se trata qualidade de vida e preservação ambiental. Essa percepção da sociedade encontra respaldo na análise de Fernandes (2011) sobre a questão dos assentamentos informais nas cidades da América Latina, ao defender que essa forma de habitação se traduz em fardos (jurídico, social, ambiental, político e economicamente), uma vez que são prejudiciais às cidades, atingindo a população em geral e, claro as pessoas que tem que submeter a essa forma de existência, para poder sobreviver.

De tal modo, essa realidade expressa no fardo social está imbricada como: "[...] o fardo urbano ambiental, expresso por fragmentação e precarização das cidades, em que os assentamentos precários são marcados profundamente por diferentes riscos de saúde, segurança, degradação ambiental, poluição e condições sanitárias inadequadas (FERNANDES, 2011, p.7). Os pressupostos levantados por Fernandes se materializam no espaço concreto observado e vivido pela população londrinense, o que foi possível apreender nos debates desenvolvidos no processo participativo da revisão do PDM.

No quadro 1 consta os desafios envolvendo as questões ambientais nas zonas urbanas da cidade de Londrina (etapa II) e as propostas para eles (etapa III). Verifica-se que as propostas giraram em torno de ocupação irregulares, de melhorias no entorno dos córregos e da necessidade da preservação das APPs e faixa sanitária[19] nos

fundos de vales da cidade.

Nos subgrupos da Zona Centro-Leste, foi unânime dentre os participantes a questão das moradias irregulares nas margens dos córregos. Nesta porção da cidade, somente nas proximidades do córrego Água das Pedras, existe mais de 16 ocupações irregulares, que somadas as demais existentes na zona Centro-Leste, totalizavam em 2017 cerca de 19 ocupações segundo os levantamentos da Cohab de Londrina em 2017.

Em termos de famílias, somando aquelas que moravam em todas as ocupações do subgrupo da Zona Leste-Centro, havia aproximadamente 467 famílias somente na Leste e 21 no Centro (LONDRINA – COHAB, 2017). Para as moradias precárias foram propostos mapeamentos das ocupações irregulares em fundos de vale e a realocação das famílias em áreas adequadas do ponto de vista socioambiental na maioria dos subgrupos delimitados pelos IPPUL para os fóruns populares da etapa III.

A Zona Sul, no subgrupo Palhano e Vivendas, bairros esses com moradores de poder aquisitivo, foi destacado apenas o córrego Tucanos, afluente do Ribeirão Cambé como um corpo hídrico que merece atenção do poder público e moradores. No subgrupo nomeado com os bairros Jd. Inglaterra, Parque das Indústrias, Jd. Cafezal e Nova Esperança, os presentes apontaram o córrego Cafezal, como corpo hídrico que demanda atenção na Zona Sul. Chama-se a atenção para o fato de não aparecer termos que indicam diretamente a problemática das ocupações irregulares, principalmente em afluentes do córrego Cafezal.

Segundo dados da Cohab de Londrina (2017), havia aproximadamente 14 ocupações irregulares com 974 famílias e, embora os fundos de vales tenham sido apontados como problemática devido as moradias precárias na etapa II, na síntese das propostas dos participantes do fórum popular na etapa III do grupo da Zona Sul, foram indicadas as seguintes propostas: Repensar o zoneamento pra proteger o fundo de vale dos Tucanos; Urbanizar com pistas de caminhadas próximas ao córrego dos Tucanos; Alterar o zoneamento no entorno dos fundos de vales, para proteção dos mesmos; Criar áreas de lazer ao longo do Ribeirão Cafezal (quadro 1). Embora entre as propostas o enfrentamento da problemática habitacional não tenha sido destacado, as medidas indicadas pelos os participantes do fórum, evidenciam que eles conhecem a realidade e estão incomodados com a situação.

O contrário aconteceu no fórum de participação popular da Zona Oeste. Nessa grande porção, segundo levantamentos da Cohab de Londrina em 2017, havia um dos menores números em comparativo as demais, cerca de 5 ocupações irregulares com 120 famílias. E no subgrupo dos bairros Leonor e Ouro Verde, foi indicada a proposta de Realocar as famílias que residem nos fundos de vale na zona Oeste da cidade (Avenida Clarice de Lima Castro, rua São José, Rua Annibal Balarotti entre Santo André e Vista Bela) (quadro 1).

Trata-se do córrego Lindóia onde encontram-se algumas ocupações irregulares (figura 2). A população dos bairros Leonor e Ouro Branco, fez menção a uma das seis ocupações, no caso a Cilo 3 apontada com o número 14 na referida figura.

Por fim, na Zona Norte, nos subgrupos dos bairros Bella Vista e Parigot, Vivi Xavier e Alpes, Cinco Conjuntos, não foram indicadas propostas que envolvessem diretamente as ocupações irregulares, mas de forma indireta ao indicarem ser necessário atribuir uso de lazer nos fundo de vale bem como criar políticas que visem à preservação de mananciais e fundos de vale.

As ocupações irregulares na Zona Norte, em termos de quantidade, totalizaram cerca de 18 áreas em 2017,

com aproximadamente 1578 famílias (LONDRINA - COHAB, 2017). Com a maior quantidade de pessoas vivendo em situação precária na cidade e com inúmeras ocupações ao longo de afluentes dos córregos Jacutinga e Lindóia, os problemas apontados na etapa II não se fizeram presentes em meio as propostas na síntese final da etapa II.

Em linhas gerais, conforme as propostas do quadro 1, a minimização dos problemas ambientais está diretamente correlacionada a ações direcionadas para a questão do déficit habitacional, como a viabilização de habitação de interesse social, o mapeamento das ocupações irregulares e a criação de instrumentos no Plano diretor que possam inibir a destinação de lotes urbanos para especulação imobiliária, que tem resultado em grandes vazios urbanos. Ações referentes a preservação de fundos de vale, de nascentes, de áreas verdes e de proteção ambiental, e outros que estão diretamente correlacionados ao problema da ocupação irregular em fundos de vale e questão habitacional foram apontadas pela população nos fóruns de participação popular.

É importante destacar que tanto nos fóruns ocorridos na cidade como nos distritos rurais, foi indicada a importância da educação ambiental junto a população bem como na formação de professores.

Entende-se que além do conhecimento da problemática cotidiana que perpassa a questão ambiental, a população que vivencia a cidade real com seus aspectos positivos e negativos pode contribuir na elaboração de propostas de ações.

Essa parceria, técnicos e população no planejamento municipal, pode minimizar a continuidade de diversos problemas de cunho socioambiental e assim evitar a formação de áreas de risco a partir de fenômenos oriundos justamente na inter-relação sociedade-natureza, conforme discutido por Marandola Jr e Hogan (2004).

A partir da visão da sociedade de Londrina, ou melhor, do universo da população que participou do processo de revisão do PDM, cabe retomar a análise de Fernandes (2011) sobre os fardos que envolvem os assentamentos informais, ao se pensar que esse fardo é engendrado pela lógica capitalista da produção social do espaço urbano, na qual sobressai o valor de troca, sendo que a habitação é incorporada no mundo da mercadoria, gerida pelo princípio da propriedade privada da terra. Tal fato remete ao fardo jurídico, pois a "[...] informalidade significa principalmente a falta de segurança total da posse, que expõe os residentes de assentamentos informais ao risco permanente de despejo pelas autoridades públicas ou proprietários de terrenos" (FERNANDES, 2011, p.7).

Essa condição vincula-se ao fardo econômico e tributário, que segundo Fernandes não tem atenção devida, já que custos sociais são altos. Tendo em vista, a defesa do autor que a informalidade não contribui para uma gestão urbana eficiente em termos de custos dos programas de regularização, ao se comparar com programas habitacionais dentro da legalidade. Nesse contexto, pode-se acrescentar o custo ambiental presente no fardo urbano- ambiental.

A condição de instabilidade jurídica e a vulnerabilidade socioeconômica que a população que sobrevive em assentamentos irregulares se encontra, agrega ao fardo político, que se expressa na manipulação política, ou seja, nas "[...] formas de clientelismo político tradicionais -onde políticos fazem promessas eleitorais para resolver os problemas que afetam os assentamentos informais - tendem a perpetuar a informalidade (FERNANDES, 2011, p.7).

Considera-se que a questão ambiental vinculada aos assentamentos irregulares remete ao planejamento urbano que tem no plano diretor municipal o seu principal instrumento para atacar essa realidade marcada pelos fardos evidenciados por Fernandes (2011), os quais precisam ser discutidos, para se criar estratégias de ações que

atuem para reverter esses fardos, que são responsabilidade da população geral. Nesse aspecto ganha relevância a participação social na elaboração e no monitoramento das políticas de desenvolvimento urbano, na luta pela concretização da função social da propriedade urbana.

Considerações finais

A análise do mapa de risco ambiental produzido pelos técnicos do IPPUL e dos problemas ambientais da "cidade real" segundo as vozes dos sujeitos que vivem na mesma, corroboram com a ideia de que o planejamento municipal realizado de forma democrática e com participação da população pode resultar em um plano diretor mais condizente com a realidade municipal.

Os trabalhos nos fóruns populares evidenciaram dois aspectos importantes no tocante a participação da população. Primeiro ficou claro que os sujeitos ao participarem, acabaram por contemplar o entorno da realidade que vivenciam cotidianamente, mediatizada pelos usos de equipamentos urbanos e demais disponíveis bem como nas relações que estabelecem com diferentes grupos sociais.

Dessa forma, muitos pontos de vistas acerca de problemas e propostas externalizadas evidenciaram a íntima relação com essa realidade que, por vezes, não estava relacionada com aquela vivenciada pela população de todo o recorte espacial de bairros utilizado pelo IPPUL nos fóruns populares.

Tal ideia pode ser verificada nos grupos de trabalhos com a questão ambiental, no tocante as moradias em fundos de vale, ao passo que em algumas porções a realidade das moradias precárias mesmo estando presente na problemática levantada no fórum II, não foi contemplada em propostas no fórum III. Assim, em grande parte das vozes, prevaleceu o interesse dos grupos presentes, que estavam preocupados e organizados para apresentarem propostas voltadas para o abandono de animais, arborização, urbanização (pista de caminhada, academia ao ar livre, iluminação, calçamento) dos fundos de vale, dentre outras, denotando assim lacunas no entendimento da relação da questão ambiental com habitacional em Londrina.

O segundo aspecto importante no tocante a participação popular, diz respeito ao recorte espacial para formação dos grupos de discussões nos fóruns, ou seja, a efetiva presença dos moradores. A participação foi ínfima na etapa II e na III. Essa afirmação está pautada no percentual de presentes que correspondeu respectivamente a 0.045% e 0,051% do total de habitante do município em cada etapa. Esses percentuais indicam que grande parte da população esteve ausente nos fóruns de participação popular, o que nos levar a perguntar: os problemas levantados e as respectivas propostas atendem a grupos de quais porções de Londrina?

A participação popular não é algo que se atinge de imediato, é um processo, um exercício constante, sendo um dos grandes desafios para a efetivação de uma gestão democrática. Mesmo tendo esses aspectos negativos como a fraca presença de moradores em cada recorte espacial delimitado pelo IPPUL, há que se destacar que a iniciativa de dar voz aos munícipes pode contribuir para a construção da consciência ambiental, desde que acompanhada de um processo contínuo e não restrito somente ao momento de revisão do PMD, que tem ocorrido de 10 em 10 anos.

REFERÊNCIAS

ANTONELLO, I. T. Potencialidade do planejamento participativo no Brasil. **Soc. & Nat.,** Uberlândia, 25 (2): 239-254, mai/ago/2013.

ANTONELLO, I. T.; VEIGA, L. A política pública habitacional brasileira: cidades excludentes, negação do direito de cidadania In: Henriques, M. R.(organizador). **Desafios e Tendencias do Estado de Direito na Democracia no Século XXI**.1 ed. Coimbra: JUS XXI & DEE Internaciel Publishinglda, 2022, v.6, p. 37-52. Disponível em *https://just2021.pt/obra-tematica/?utm_campaign=just_-_newsletter_publicacoes_ptf&utm_medium=email&utm_source=RD+Station*. Acesso em março de 2022.

BRASIL. **O Estatuto da Cidade**. Lei Federal n° 10.257 de 10/07/2001. Diário Oficial da União, Seção I (Atos do Poder legislativo). Edição n° 133 de 11 /07/2001.

CAPEL, H. Agentes y estratégias em la produción del spacio urbano español. **Revista de Geografia, Barcelona**, v. 8, n. 1-2, p. 19-55, jan./dez.1974.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1994.

CASTRO, C. M. de; PEIXOTO, M. N. de O.; RIO, G. A. P. do. Riscos Ambientais e Geografia: Conceituações Abordagens e Escalas. **Anuário do Instituto de Geociências** - UFRJ, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p.11-30, 06 dez. 2005.

CASTRO, L. **Invisibilidade das favelas de Londrina nos dados censitários do IBGE**: implicações nos diagnósticos urbanos de vulnerabilidade. 2018. 137 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2018.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, H.S.M., ARAUJO, R.P.Z., CAMPANTE, A.L.G. A dimensão ambiental nos Planos Diretores de municípios brasileiros: um olhar panorâmico sobre a experiência recente. In: SANTOS Jr., O.A.; MONTANDON, D.T. (Org.). **Os Planos Diretores Municipais pós Estatuto da Cidade:** balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópoles/IPPUR/UFRJ, 2011.

FERNANDES, E. **Regularização de assentamentos informais na América Latina.** Cambridge: Lincoln Institute of Land Policy, 2011. Disponível em: http://www.iabrj.org.br/morarcarioca/wp-content/ uploads/2012/12/3-Regularization-of-Informal-Settlements-Portuguese.pdf. Acesso em: maio 2020.

FRESCA, T. M. A área central de Londrina: uma análise geográfica. **Geografia – Londrina.** v. 16, n. 2, jul./dez. 2007 .

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo. Editora Atlas S.A, 2012.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1998.

HARVEY, D. **Para entender O capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

LENCIONI, S. Observações sobre o Conceito de Cidade e Urbano. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, *[S. l.]*, v. 12, n. 1, p. 109-123, 2008.

LIMA, C. de A.; MENDONÇA, F. Planejamento urbano-regional e crise ambiental Região Metropolitana de Curitiba. **São Paulo em Perspectiva**, SP, vol 15 (1), p.136-143, 2001.

LINARDI, M. C. N. **Pioneirismo e Modernidade**: a urbanização de Londrina-PR. 1995. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

LONDRINA. Câmara Municipal de Londrina, Prefeitura Municipal de Londrina. **LEI Nº 11.996, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013**. Disponível em: https://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/menu-ambiente/diretoria-operacional/22942-lei-11996-2013-1/file. Acessado em: 10/06/2020.

LONDRINA. Companhia de Habitação de Londrina/COHAB**. OCUPAÇÕES IRREGULARES - MUNICÍPIO DE LONDRINA** – levantamento realizado em 2017 (relatório). 2018.

LONDRINA. INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE LONDRINA/IPPUL. **Plano Diretor Municipal**. Relatório Etapa 2. 2018. <http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/ippul/RELATORIOS/ETAPA_2-CADERNO_DE_ANEXOS/PLANO_DIRETOR_DIGITAL.pdf>. Acesso em: maio 2020.

LOPES, A. Y. D. Paulino. **Pioneiros do capital**: a colonização do norte do Paraná. 1982. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

LUIZ, A. N. **A evolução urbana de Londrina/PR no período de 1957 a 1980 através de fotointerpretação.** 1991. 155 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Geografia).

Departamento de Geociências. Centro de Ciências Exatas. Universidade estadual de Londrina, 1991.

MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D.J. Natural hazards: o estudo geográfico dos riscos e perigos. **Ambiente & Sociedade,** Campinas, 2004.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MÜLLER, N. L. Contribuição ao Estudo do Norte do Paraná. **Boletim Paulista de Geografia**, n.22, p.55-97, março, 1956.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica:** o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981

ROSANELI, A. F. **Cidades novas da fronteira do café:** história e morfologia urbana das cidades fundadas por companhias imobiliárias no norte do Paraná. 2009. 182 f. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, O. A dos Junior; MONTANDON, D. T (org.). **Os Planos Diretores Municipais Pós- Estatuto da Cidade:** balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório as Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011. Disponível em: www.observatoriodasmetropoles.net/download/miolo_plano_diretor.pdf. Acesso em maio de 2015.

SOUZA, T. A. de. **A habitação de interesse social:** sua trajetória no período de 2009 a 2017 – Londrina/PR. 2018. 94 f. Trabalho de Conclusão de Curso (bacharelado em Serviço Social), Centro de Estudos Sociais Aplicados, Departamento de Serviço Social, Universidade Estadual de Londrina, 2018. Disponível em: http://www.uel.br/cesa/sersocial/pages/arquivos/THAIS%20APARECIDA%20DE%20SOUZA.pdf

TOMAZI, N. D. "**NORTE DO PARANÁ**": HISTÓRIA E FANTASMAGORIAS. 1997. 342 f. Tese (Doutor em História). Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, 1997.

VEYRET, Y.; RICHEMOND, N. O Risco, os Riscos. In: VEYRET, Y. (Org.) **Os Riscos** – o Homem como agressor e vítima do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2007.

VILLAÇA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 25, nº 71. 2011.